

**MENSAGEM Nº 15/2025 – Aracoiaba (CE), 06 de junho de 2025.**

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Cumprimentando-os, com o devido respeito, encaminhamos a Vossas Excelências a minuta do projeto de lei que fixa o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para a categoria “usuário”, destinada a uma ajuda com o deslocamento mensal ordinário e/ou deslocamento extraordinário dos membros integrantes do Conselho Municipal de Saúde de Aracoiaba-CE, residentes na zona rural.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o Conselho Municipal de Saúde de Aracoiaba, criado pela municipal Lei nº 478/93, de 8 de janeiro de 1993, é um órgão deliberativo de maior instância do Sistema Único de Saúde, competindo-lhe acompanhar e avaliar a política municipal de saúde e atribuições afins, tais como a análise e aprovação do Plano Municipal de Saúde, acompanhamento e aprovação da execução orçamentária dos serviços de saúde, notadamente a análise dos relatórios anuais de gestão em saúde, imprescindíveis ao controle social e hábil a legitimar o interesse dos usuários e de todos os que integram o sistema de saúde municipal.

Embora a referida municipal Lei nº 478/1993 tenha sido a criadora do conselho municipal e alterada apenas uma vez pela municipal Lei nº 1111/13, de 25 de setembro de 2013, nenhum dos diplomas municipais previu ou autorizou o pagamento de um valor fixo para fazer frente à indenização ou ajuda de custo para o deslocamento dos usuários da zona rural, para sua reunião mensal ordinária e/ou reuniões extraordinárias, caso necessário.

A Portaria nº 294, de 03 de março de 2025, por sua vez, com fundamento nas leis municipais referidas, em obediência aos critérios legais de paridade e autonomia, reservou à composição do conselho o número de 12 (doze) usuários residentes na zona rural, todos já devida e regularmente nomeados, com os seguintes singelos representantes: do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da “Mulheres de Aracoiaba”, dos distritos Plácido Martins, Vazantes, Ideal, Pedra Branca, Jaguarão, Lagoa de São João, Capivara, Jenipapeiro e Milton Belo e do bairro São José.

A criação de ajuda de custo para com o deslocamento para membros do conselho municipal de saúde residente na zona rural deve ser analisada sob a perspectiva dos princípios da administração pública, conforme disposto no artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021). Este artigo estabelece que constitui ato de improbidade administrativa a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade, entre outros.

A concessão de ajuda de deslocamento aqui levada à análise dos nobres edis foi cuidadosamente avaliada para garantir que não haja violação desses princípios, especialmente no que tange à imparcialidade e à legalidade, não sendo justo que usuários prestem serviço de tamanha relevância e não recebam uma ajuda de deslocamento quando saem de suas casas e deslocam-se à sede do município, deixando seus afazeres domésticos e profissionais para prestarem sua colaboração à saúde municipal. Ademais, a ínfima quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais) é um benefício que não resulta em favorecimento indevido ou em enriquecimento ilícito dos membros do conselho, pois tem caráter indenizatório pelo efetivo deslocamento, já que pela distância e extensão da zona rural do município, afigura-se impossível que a administração reserve um veículo específico para apanhar e conduzir tais usuários das diferentes localidades até a sede para as assembleias do conselho. Além disso, o Poder Executivo de Aracoiaba-CE bem observou que a medida atende a um interesse público legítimo, mas que precisa estar devidamente fundamentada em normas legais ou regulamentares específicas que autorizem tal concessão.

A lei federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispôs sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e deu outras providências, estabeleceu que o Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: a Conferência de Saúde e o **Conselho de Saúde**.

O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e **usuários**, esta a categoria contemplada com o benefício ora criado por esta propositura, como dito, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Sobre mais, o Decreto Federal nº 5.839, de 11 de julho de 2006, que dispôs sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde - CNS e deu outras providências, precisamente no seu art. 10 estabeleceu que as funções de membro do CNS **não serão remuneradas**, considerando-se o seu exercício relevante serviço público. Dessa forma, aplicando-se o princípio da simetria com o meio, tal determinação reverbera no âmbito municipal, **não sendo devida nenhuma espécie de remuneração para os membros do conselho municipal de saúde**. No entanto, a presente propositura não trata de nenhuma espécie de remuneração, mas de uma ajuda financeira a título de despesas com deslocamento desses usuários, residentes na zona rural, quando tiverem de participar das assembleias ordinárias e/ou das eventuais extraordinárias, em preclaro caráter indenizatório pelas despesas com o deslocamento da zona rural para a sede, o que é razoável e legal, desde que Vossas Excelências aprovem a presente propositura.

Por fim, as despesas correspondentes à ajuda de deslocamento fixada em R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada um dos usuários que se fizerem presentes às assembleias ordinárias e/ou extraordinárias têm autorização orçamentária na dotação 3.3.90.48.00 *Outros aux. finan. a pessoas físicas* 1500100200 *Receita de imposto e transf. - Saúde* 6.000,00 0,00 6.000,00 *do 0901 Fundo Municipal de Saúde de Aracoiaba* 10 301 0021 2.056 *Manutenção do Conselho Municipal de Saúde.*

Dessa forma, submeto a Vossas Excelências a presente propositura para que seja deliberada, aprovada e autorizada a ajuda de custo de deslocamento, por ser legítima e legal, bem como de interesse público e em prol do bem-estar da coletividade e de seus representantes populares.

Atenciosamente,



**Wellington Silva de Oliveira**  
Prefeito Municipal de Aracoiaba

**PROJETO DE LEI Nº 15/2025, DE 06 DE JUNHO DE 2025.**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO DE DESLOCAMENTO À CATEGORIA DE USUÁRIOS, MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACOIABA-CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACOIABA**, Estado do Ceará, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a ajuda de custo de deslocamento destinada aos membros integrantes do Conselho Municipal de Saúde de Aracoiaba-CE, pertencentes à categoria “usuários”, que necessitarem de deslocamento à sede para comparecerem às assembleias ordinárias mensais e às assembleias extraordinárias, na eventualidade, no âmbito do município.

**Art. 2º** - A ajuda de custo de deslocamento será concedida mediante análise e aprovação de pedido, observando-se os seguintes critérios:

- I** - a frequência e necessidade do deslocamento;
- II** - a disponibilidade orçamentária;
- III** - demais condições estabelecidas nesta lei.

**Art. 3º** - O valor da ajuda de custo será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

**Art. 4º** - O pedido de ajuda de custo deverá ser formalizado pelo interessado por meio de requerimento, acompanhado de documentos que possam comprovar a necessidade e a regularidade do deslocamento, notadamente o comprovante de endereço correspondente à zona rural de Aracoiaba-CE.

**Art. 5º** - A ajuda de custo de deslocamento terá validade por todo o mandato do usuário, podendo ser renovada mediante nova solicitação e comprovação de necessidade e de recondução às funções de membro da categoria após o término do mandato findo.

**Art. 6º** - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do vigente orçamento e das dotações específicas.

**Art. 7º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA, em 06 de junho de  
2025.



**Wellington Silva de Oliveira**  
Prefeito Municipal de Aracoiaba